

As classes sociais na população activa portuguesa, 1950-70 **

1. INTRODUÇÃO

O objecto deste estudo é a evolução da estrutura das classes sociais em Portugal entre 1950 e 1970.

Aqui são apresentados, fundamentalmente no plano empírico, alguns resultados parciais de um projecto de investigação em curso, cujo âmbito e objectivos são mais vastos.

O título que encima este texto dá uma ideia dos limites a que ele se sujeita: «As classes sociais na população activa portuguesa, 1950-70.» Efectivamente, e com base nos dados fornecidos pelos censos populacionais, procurámos determinar a estrutura quantitativa das classes sociais portuguesas, segundo um modelo teórico por nós elaborado, em 1950, 1960 e 1970 e analisar a respectiva evolução. Note-se que apenas se consideram os indivíduos que exercem uma profissão, excluindo-se, portanto, todas as categorias de *não activos*, dos quais destacamos os *proprietários* pela importância que esta categoria assume na problemática das classes sociais. De outras limitações deste trabalho daremos nota ao longo do texto, nomeadamente no capítulo 3.

Para a consecussão dos objectivos que nos propusemos é necessário pôr de lado as concepções «antiempíricas» que dominam no terreno do marxismo, como justamente salienta Wright (1979). Se falamos em concepções «antiempíricas», é no intuito de situar um dos problemas inerentes ao estudo de uma área tão polémica como é a das classes sociais. Defenderão alguns que o conceito de classe social está indissoluvelmente ligado à prática de classe e, como tal, a mensuração estatística se revela como de fraco ou nulo interesse.

Mas, se aceitarmos que as classes existem *em si*, mesmo que ainda não existam *para si*, seremos obrigados a uma pesquisa empírica séria, roubando cada vez mais espaço de manobra a concepções apoloéticas e/ou anatematicas.

«Em particular, seria necessário, num estádio mais avançado do desenvolvimento da teoria, responder igualmente de uma forma empírica às exigências compreendidas numa análise de classes.» [Altvater e Freerkhuisen (1970.)] Não será, afinal, aquilo que outros autores antes de nós [*Vida Mundial* (1968), Nunes e Miranda (1969), Martins (1971), Sousa e Freitas (1973), Freitas (1973), Costa (1975), *Arma-Crítica* (1975), e Mozzicafreddo (1981)] ensaiaram, com maior ou

* Assistente do Instituto Superior de Economia e membro do CISEP.

** Os autores beneficiaram das discussões do seu projecto e do texto desta comunicação realizadas, em várias sessões de trabalho, com os colegas do Grupo de Coordenação de Projectos da Área de Desenvolvimento do CISEP— Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia. Pelos erros eventualmente cometidos apenas os autores são responsáveis.

menor sucesso, divergindo entre si de uma forma mais ou menos flagrante, consoante o modelo teórico utilizado?...

O número de trabalhos publicados relativos a esta matéria é diminuto. Sem pretender esgotar o assunto, contribuímos para o debate, divergindo, também nós, mais ou menos substancialmente dos estudos citados, quer no modelo teórico quer no âmbito da análise, mas procurando ser, acima de tudo, o que nem sempre é líquido nos referidos textos, extremamente rigorosos na adequação das estatísticas ao modelo utilizado.

Procurámos usar designações das classes sociais e suas fracções que respeitassem o nosso modelo teórico e que fossem tradicionalmente utilizadas para identificar grupos sociais afins.

Além deste ponto introdutório, o texto está organizado em quatro outros capítulos: no capítulo 2 explana-se o modelo teórico adoptado, conceito e critérios teóricos de delimitação das classes sociais e suas fracções; no capítulo 3 apresenta-se a metodologia que permitiu operacionalizar os critérios teóricos e proceder aos cálculos, bem como as limitações e problemas que afectam os resultados obtidos; no capítulo 4 apresentam-se, em vários quadros e gráficos, estes resultados e faz-se a respectiva análise; no 5.º e último capítulo caracteriza-se, sinteticamente, a estrutura de classes e a sua evolução e abordam-se algumas pistas e hipóteses a considerar no desenvolvimento futuro da investigação.

2. MODELO TEÓRICO

Exposto o objectivo deste trabalho, importa agora apresentar os passos seguidos na sua prossecução.

Assim, e em primeiro lugar, apresentaremos a metodologia seguida em termos teóricos, sobressaindo desta os seguintes tópicos:

- a) Conceito de classe social;
- b) Critérios primários derivados do conceito;
- c) Critérios secundários.

2.1 CONCEITO DE CLASSE SOCIAL

A procura de um conceito teoricamente correcto e praticamente operacional, em termos de permitir uma nova grelha de leitura dos números fornecidos pelos censos, levou-nos a considerar a definição de Lenine (1919, p. 425) de classe social: «Chamam-se classes vastos grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social, pela sua relação (a maioria das vezes fixada e consagrada pelas leis) face aos meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho, portanto, pelos modos de obtenção e importância da parte das riquezas sociais de que dispõem», como aquela que mais fielmente cumpria aqueles desideratos.

A noção de classe social, por ser encontrada num clássico, não se pretenderá enquadrada numa perspectiva ortodoxa, mas sim ser a definição que mais se ajusta à determinação da «classe *em si*», problema fundamental do nosso trabalho. Aliás, não existe, mesmo dentro do campo teórico clássico, uma definição de classe social imutável no tempo e no espaço político-ideológico.

Ultrapassado o problema da opção conceptual e da sua ligação a uma determinada escola de pensamento, importa abordar um outro aspecto, igualmente importante e já referido anteriormente. Trata-se da problemática respeitante à *situação de classe*, em confronto com a *posição de classe*. Com efeito, estando nós interessados na determinação das classes sociais em Portugal a partir da

esfera económica, ficamos fora do campo dos problemas levantados pela articulação entre as instâncias — desde o conceito de sobredeterminação até ao repensar da prática social em termos de igual poder explicativo das instâncias, como recentemente defendeu Mozzicafreddo (1981).

Embora a nossa opção não assente exclusivamente numa base pragmática, reconhecendo pois a importância teórica e prática que a articulação antes referida tem numa análise das classes sociais, deveremos salientar, uma vez mais, que o nosso objectivo é a quantificação, ou, melhor, a agregação dos agentes económicos em função do seu papel na produção.

Como tal, não levaremos em consideração o problema da consciência de classe, «classe *para si*», ou o problema da ideologia, como o faz, por exemplo, Poulantzas (1974), quando define a «Nova pequena burguesia», mas apenas trabalharemos com os critérios extraídos da definição de classe social proposta por Lenine.

2.2 CRITÉRIOS PRIMÁRIOS DERIVADOS DO CONCEITO

A partir do conceito de classe social consideraremos três critérios de inclusão numa classe, os quais passaremos a analisar.

2.2.1 *Relação salarial*

Deverá ser ponto prévio, numa investigação sobre a estrutura de classes numa formação social, a definição dos modos de produção nela existentes. O critério denominado *relação salarial*, embora não surja explicitado no conceito apresentado, cumpre este objectivo, estabelecendo a clivagem entre os agentes inseridos no modo de produção capitalista e aqueles que o não estão. E isto porque a transformação do *dinheiro* em *capital* mediatizada pela transformação da *força de trabalho* em *mercadoria* corresponde à mais clara definição de capitalismo, com as subseqüentes relações de produção estabelecidas.

Desta forma, através da enumeração dos vendedores e compradores da força de trabalho, encontraremos as classes fundamentais do MPC, ficando pois de fora, como pertencentes a outros modos de produção, os agentes que não comprem nem vendem força de trabalho, assumindo, dentro destes, expressão significativa os produtores independentes.

Não serão tratados aqueles agentes que se encontram numa situação híbrida, isto é, agentes que dividem o seu tempo de trabalho entre vendedores de força de trabalho e proprietários de meios de produção (indivíduos abrangidos no semiproletariado e que se presumem em número elevado no nosso país), mas que nos censos só podem ser captados exclusivamente numa das duas situações.

2.2.2 *Propriedade económica*

Este critério funciona como complemento, embora decisivo, do anteriormente referido. Com efeito, quando se salienta a compra e venda da força de trabalho como critério definidor das classes fundamentais numa formação social, subentende-se a divisão dos agentes (polarmente opostos) perante os meios de produção. Isto é, aqueles que comprem força de trabalho são, afinal, os proprietários dos meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho encontram-se deles desapossados.

Sendo assim, poder-se-ia questionar da pertinência da inclusão deste critério. A própria qualificação que acompanha o termo *propriedade* é, por si só, reveladora do que está em causa.

Pretendemos, por um lado, incluir na classe detentora dos meios de produção aqueles agentes que, embora não proprietários jurídicos, actuam exclusivamente no *processo de valorização do capital* (agentes que exercem funções de administração), bem como distinguir aqueles que, sendo proprietários jurídicos, fazem accionar os meios de produção por delegação (estes indivíduos, proprietários que não exercem uma profissão, foram excluídos, neste trabalho, do apuramento estatístico).

2.2.3 *Papel na organização social do trabalho*

Definir este critério como sendo o elo contraditório de ligação entre os anteriores e, simultaneamente, fonte de delimitação de uma classe social foi o nosso percurso.

Mais do que seguir, dogmaticamente, a proposta avançada por Lenine a propósito do conceito de classe social, interessará averiguar da validade do que acima ficou expresso. Com efeito, se a não existência de unanimidade em vários pontos da teoria das classes sociais é um facto, estamos exactamente num dos que suscitam maior controvérsia. Basta recordar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual e as querelas sobre ela produzidas para provarmos aquilo que afirmámos.

[QUADRO N.º 1]

Classes sociais	Critérios						
	Relações salariais			Propriedade económica		Papel na organização social do trabalho	
	Compra força de trabalho	Vende força de trabalho	Não compra nem vende força de trabalho	Proprietário	Não proprietário	Coordenação e controlo	Trabalho directo
Burguesia	X			X		X	
	X	X					
Classe trabalhadora		X			X		X
Nova classe média		X			X	X	
						X	X
Pequena burguesia			X	X		X	X
					X		X

Assim sendo, e deslocando a área do debate, abstraindo do que de ideológico existe como explicativo do conteúdo da organização do trabalho, observa-se a existência de agentes sociais, cuja acção não pode ficar circunscrita a um dos critérios anteriormente tratados (proprietário/não proprietário, vendedor/ comprador de força de trabalho). Pelo contrário, verifica-se a existência de agentes cuja «duplicidade» no processo de produção é evidente.

Trata-se daqueles agentes que, embora não proprietários dos meios de produção e vendedores da sua força de trabalho (e, como tal, fornecedores de trabalho excedente), desempenham papel relevante na produção e reprodução do capital, assumindo a função global do capital [Carchedi (1977)].

Desprezando as possíveis «afinidades ideológicas» com outras classes, o que interessa reter é a existência, e respectivo desenvolvimento, de uma classe que não fica situada a meio caminho das que polarmente se repelem, mas antes produz e reproduz no seu próprio seio as contradições inerentes ao MPC.

Poderemos ainda identificar nesta classe a existência de duas situações: a dos agentes que apenas desempenham uma acção de coordenação e controlo, trabalhando exclusivamente no processo de valorização do capital, e a dos agentes que, para além de agirem naquele processo desempenhando a função global do capital, actuam igualmente no processo de trabalho enquanto elementos do trabalhador colectivo.

Os critérios acima discutidos e as classes por eles identificadas podem sintetizar-se no quadro n.º 1.

2.3. CRITÉRIOS SECUNDÁRIOS

Após terem sido analisados os critérios que definiam as fronteiras das classes passaremos à discussão dos critérios aqui designados por secundários e que, ao invés dos anteriores, da respectiva aplicação não resulta o surgimento de novas classes, mas apenas de *fracções* de classes.

Trataremos de dois critérios: *trabalho produtivo/trabalho improdutivo e ramo de actividade*.

2.3.1 Trabalho produtivo/trabalho improdutivo

Ao abordarmos este critério, estamos num terreno que já consumiu muitas páginas de debate teórico, dentro e fora do campo marxista, sem que se possa afirmar que os resultados alcançados sejam definitivamente conclusivos e, como tal, eliminem a possibilidade do prosseguimento desse debate.

Dentro dele, e com imediato interesse para o nosso problema, duas questões são particularmente relevantes: o conceito de trabalho produtivo e o seu carácter delimitador de classe.

Sobre a primeira, definiremos como trabalho produtivo *todo aquele que cria mais-valia*. Apesar de esta definição levantar problemas, nomeadamente quando se analisa a produção «não material» — por exemplo os transportes [Fine e Harris (1979)] resumem a diversidade das posições teóricas a este respeito, balizando-as em termos marxistas ou neo-ricardianos —, pensamos ser ela elucidativa sobre a forma como a classe trabalhadora é dividida. A propósito desta questão restará acrescentar, e muito embora não tenha grande relevância dentro do período considerado e utilizando a metodologia proposta por Carchedi (1977), que se consideram produtivos todos os trabalhadores ligados a empresas públicas de qualquer dos ramos de actividade englobados na designação marxiana de *capital industrial*.

A segunda questão já se afigura como mais problemática. Com efeito, utilizar este critério como «fronteira» de classe, como faz Poulantzas (1974), é um caminho possível, mas que não trilhámos. Em relação a Poulantzas, acrescente-se que, para além de o seu conceito de trabalho produtivo ser criticável, como demonstra Colliot-Thélène (1975), a sua posição vem na sequência lógica do papel que ele atribui à instância ideológica como definidora de classe social.

Efectivamente, e se bem que a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo seja relevante no que diz directamente respeito à problemática da consciência de classe — Altvater e Freerkuisen (1970), levantam a propósito um conjunto de questões assaz interessantes —, não é simplesmente por esse facto que apresentamos a separação dentro da classe trabalhadora entre os trabalhadores produtivos e improdutivos. Não se cuida de responder a «o que significa ao certo 'ponto de ruptura entre os trabalhadores'?» [Nagels (1980)].

A nossa preocupação incide sobre os problemas que esta distinção levanta ao nível do desenvolvimento e da estrutura económica, como os relativos à influência do crescimento do número de trabalhadores improdutivos como contratendência à baixa tendencial da taxa de lucro [Salama (1973)] ou a relação entre os trabalhadores produtivos e improdutivos e o desenvolvimento das forças produtivas [Berthoud (1974)]. É evidente que os números apresentados poderão ser utilizados noutra perspectiva — é, aliás, uma das intenções deste trabalho. Aceite a metodologia de abordagem e os números que lhe correspondem, deixa-se campo aberto a qualquer tipo de estudo.

2.3.2 *Ramo de actividade*

Este critério, contrariamente ao anterior, afigura-se de natureza exclusivamente descritiva. A sua aplicação permitirá o fraccionamento da burguesia e da pequena burguesia, identificando as respectivas fracções de classe ao ramo de actividade em que se movem.

Apesar do reparo anterior referente à natureza descritiva deste critério, note-se que as consequências económicas e políticas que derivam do fraccionamento das classes lhe conferem uma grande importância.

Da aplicação dos critérios explanados em 2.2 e 2.3 resulta uma «grelha» de classes, decompostas nas respectivas fracções, cuja leitura pode ser feita directamente nos quadro n.º 2, gráficos I e II, quadro n.º 3, gráfico III, quadros n.ºs 4, 5 e 6 e gráficos IV, V e VI, para os quais remetemos o leitor.

3. METODOLOGIA OPERATÓRIA

As fontes estatísticas que é viável utilizar para a aplicação do modelo teórico exposto são os recenseamentos da população realizados e publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

Os dados estatísticos disponíveis foram recolhidos e apurados segundo conceitos que, obviamente, são totalmente diversos dos conceitos próprios da teoria das classes sociais. Daqui resulta a necessidade de «operacionalizar» o modelo teórico através de critérios metodológicos que permitam a leitura e a interpretação dos dados de base e a conversão das categorias censitárias nas classes e fracções previamente definidas no plano teórico.

Esta tarefa não é simples e coloca tais problemas que alguns investigadores chegam mesmo a afirmar:

Como, neste caso concreto, a problemática das classes parece ter estado completamente ausente das preocupações que nortearam a construção dos «dados», a pobreza da matéria-prima estatística impede uma análise da formação social portuguesa em termos de classe. [Sousa e Freitas (1973, p. 311.)]

1284 Nos pontos seguintes abordam-se os problemas metodológicos e técnicos mais relevantes, as soluções e critérios adoptados.

3.1 OPERACIONALIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS TEÓRICOS

A operacionalização dos critérios teóricos faz-se pelo cruzamento das categorias censitárias *profissão* e *situação na profissão*. No entanto, este cruzamento não é totalmente satisfatório para a aplicação integral do modelo teórico. Para tal seria necessário cruzar, simultaneamente, com as duas características citadas o ramo de actividade económica, o que os recenseamentos da população não contemplam. Não obstante, consegue-se minorar substancialmente este inconveniente, dado que a maioria das designações de profissões e agregados de profissões se reportam directamente a ramos de actividade económica ou, pelo menos, permitem inferir a que ramos estão associadas¹. Adiante voltaremos a esta matéria.

Passemos então em revista a nossa «grelha» teórica e a metodologia para a sua aplicação.

O critério *relações salariais* será aplicado através da *situação na profissão*. Todos os patrões compram força de trabalho, e daí que todos pertençam à burguesia. Os isolados e os não remunerados não compram nem vendem força de trabalho, e, portanto, são estes que vão constituir a pequena burguesia, que desde logo fica globalmente quantificada. Restam os trabalhadores por conta de outrem, que podem pertencer a três classes diferentes: burguesia, classe trabalhadora e nova classe média; teoricamente, estas duas últimas são constituídas por vendedores de força de trabalho, daqui decorrendo que serão exclusivamente formadas por trabalhadores por conta de outrem; o facto de alguns vendedores de força de trabalho pertencerem à burguesia decorre fundamentalmente do critério teórico seguinte:

A *propriedade económica* não se confunde, conforme já foi referido, com a propriedade jurídica. Por esta razão, é possível conceber um conjunto de agentes que, simultaneamente, compram e vendem força de trabalho. Constituem uma parte da burguesia porque são compradores de força de trabalho — um dos critérios teóricos definidores da burguesia.

Todos os patrões são proprietários económicos e, também por esta razão, pertencem à burguesia. Os proprietários económicos na situação de trabalhadores por conta de outrem só são detectáveis por recurso ao indicador profissão, o que obriga a uma interpretação das relações entre o conteúdo específico de cada profissão e a propriedade económica. Consideramos que são proprietários económicos os assalariados com profissões de administrador, director e profissões similares.

Ao nível da *propriedade económica* não há distinção entre classe trabalhadora e nova classe média — ambas são exclusivamente constituídas por não proprietários. Dentro da pequena burguesia, já definida pela aplicação do critério teórico anterior, existem proprietários económicos — todos os isolados — e não proprietários — todos os não remunerados. A divisão aqui referida não foi retida nos apuramentos apresentados nesta comunicação.

Quanto ao *papel na organização social do trabalho*, o seu principal interesse é distinguir a classe trabalhadora da nova classe média. Com efeito, a pequena burguesia ficou logo definida pela aplicação do primeiro critério e a burguesia fica definida com a aplicação dos dois critérios acima abordados.

Sendo a classe trabalhadora e a nova classe média exclusivamente constituídas por trabalhadores por conta de outrem, como já foi dito, a aplicação do critério teórico a que nos vimos reportando só é possível através do indicador

¹ A título de exemplo citam-se algumas destas designações: «Próprias do fabrico de calçado, vestuário e roupa», «Operários especializados na recolha separação e preparação de minérios», «Lenhadores e outros trabalhadores florestais», «Condutores de fornos e de aparelhos para a indústria química».

profissão. Também aqui é necessário interpretar o conteúdo de cada profissão de modo a inferir o exercício da *coordenação e controlo* na *organização social do trabalho*. Consideramos que exercem este papel os assalariados com profissões tais como inspectores, capatazes, vigilantes, encarregados, oficiais da marinha mercante, engenheiros de produção, gerentes, mestres de barcos de pesca, regentes agrícolas, agentes técnicos e outras similares.

A distinção entre as duas fracções da nova classe média é feita por processo idêntico. Mas, neste caso, avaliar, através da *profissão*, se um grupo de indivíduos exerce *exclusivamente* o papel de *coordenação e controlo*, ou se, *cumulativamente*, exerce também o *trabalho directo*, é tarefa mais delicada e com maior grau de subjectividade². Esclareça-se que nos resultados constantes deste trabalho não se apresenta tal distinção.

A aplicação do critério teórico *trabalho produtivo/trabalho improdutivo*, na falta do cruzamento simultâneo da *profissão* e da *situação na profissão* com o *ramo de actividade*, é feita através do indicador *profissão*, aproveitando o tipo de designações utilizado nas classificações de profissões, já citado³.

Deste modo conseguem-se destrinçar as duas fracções da classe trabalhadora: ao proletariado pertencerão os trabalhadores com profissões próprias das actividades produtivas (agricultura, pecuária, silvicultura, pesca, indústrias extractivas, indústrias transformadoras, construção, electricidade, gás e água e transportes e comunicações); aos trabalhadores improdutivos pertencerão aqueles que tiverem profissões próprias das restantes actividades.

Analogamente se procede na distinção das fracções da burguesia (agrária⁴, industrial⁵, comercial e restantes fracções) e da pequena burguesia (campesinato⁶, artesãos⁷, pequena burguesia comercial e restantes fracções), bem como das «subfracções» do proletariado (proletariado rural⁸ e classe operária⁹).

O procedimento atrás descrito não resolve dois problemas:

- a) Profissões que não são próprias ou típicas de nenhum ramo de actividade em particular, como, por exemplo, a generalidade dos empregados de escritório e engenheiros;
- b) Exercício de profissões próprias de uma dada actividade num ramo completamente diferente, como, por exemplo, compositores e tipógrafos na administração pública, trolhas, pedreiros e ladrilhadores na pesca, ou enfermeiros e parteiras nos transportes e comunicações.

Daqui decorrem, ao nível dos resultados apurados, consequências que se não podem ignorar. Por um lado, as «restantes fracções» da burguesia e da pequena burguesia, além de incluírem os indivíduos que exercem a sua profissão em actividades terciárias não correspondentes a fracções especificadas, integram ainda, residualmente, activos que não são próprios de um ramo específico, mas que, na realidade, as exercem em actividades correspondentes a fracções especificadas. Isto significa que as «restantes fracções» terão um peso superior ao real, em detrimento das fracções especificadas. Por outro lado, como se incluíram no proletariado todos os assalariados das profissões próprias das actividades produtivas, está-se a dar-lhe um peso superior ao que na realidade

² Particularmente para 1970, a excessiva agregação da classificação de profissões torna este trabalho praticamente impossível.

³ Vide p. 1285.

⁴ Inclui as profissões próprias da pesca.

⁵ Inclui as profissões próprias dos transportes e comunicações.

⁶ Inclui as profissões próprias da pesca.

⁷ Inclui as profissões próprias dos transportes e comunicações.

⁸ Inclui as profissões próprias da pesca.

⁹ Inclui as profissões próprias dos transportes e comunicações.

tem, porque uma parte desses profissionais, trabalhando em actividades improdutivas, não produzem mais-valia ¹⁰.

Resta referir que, sempre que se detectaram situações contraditórias em que a informação dada pela *profissão* não era logicamente concordante com a dada pela *situação na profissão*, o que acontece frequentemente no Recenseamento de 1970, em que, por exemplo, há patrões com a profissão de operários da indústria têxtil, se operou segundo uma «hierarquia» da confiança dos indicadores. Assim, considera-se que a situação na profissão é um indicador mais seguro do que a profissão, dado que a percentagem de erros, nas respostas aos boletins de recenseamento, é maior na profissão. Aliás, uma consequência deste facto, ao nível dos resultados apurados pelos censos, é um número muito superior de indivíduos com profissão ignorada ou mal definida relativamente ao daqueles cuja situação na profissão é indeterminada.

Supletivamente, recorreu-se aos quadros dos Recenseamentos de 1950 e 1960 em que se cruza a profissão com o ramo de actividade, para esclarecer dúvidas sobre o tipo de actividade económica em que era predominantemente exercida uma dada profissão.

3.2 UNIVERSO ESTATÍSTICO

O universo estatístico adoptado no presente estudo corresponde genericamente ao conceito de *população activa com profissão*, utilizado pelo Instituto Nacional de Estatística nos recenseamentos da população.

Dado que os critérios de operacionalização do modelo teórico das classes sociais, atrás explanado, implicam o cruzamento dos indicadores *profissão* e *situação na profissão* e que tal cruzamento só adquire significado quando são, simultaneamente, definidos os conteúdos dos dois indicadores, o universo estatístico que consideramos não inclui os *activos com profissões mal definidas ou ignoradas*, nem aqueles que, embora com profissão definida, estão em *situações na profissão não especificadas*.

Note-se que, em rigor, o conceito de população activa com profissão utilizado no Censo de 1950 não é idêntico ao dos outros dois censos aqui tomados como fontes. A este propósito devem salientar-se três aspectos:

- a) Em 1950 só se admitem como activos indivíduos com 12 ou mais anos de idade, enquanto, em 1960 e 1970, a idade mínima considerada é de 10 anos. Estimamos que, se a idade mínima considerada no Censo de 1950 tivesse sido também de 10 anos, a população activa com profissão viria acrescida de 20 milhares de indivíduos, aproximadamente. A classe social em que este facto teria mais repercussões seria o campesinato e também o proletariado rural, aos quais, em conjunto, pertenceriam cerca de 2/3 daquele acréscimo;
- b) Os indivíduos *a cumprir serviço militar obrigatório* constituem uma categoria própria das *condições perante o trabalho* consideradas nos Censos de 1960 e 1970. Em 1950 considerou-se este conjunto de indivíduos repartidos por diversas *condições perante o trabalho* consideradas no Censo (activos com profissão, activos com ocupação, desempregados e inactivos), conforme a condição em que se encontravam antes da incorporação militar. Em 1960, este conjunto somava menos de 26 000 homens e supõe-se que em 1950 não andaria longe deste valor. Estimamos que mais de 80 % destes indivíduos foram incluídos na *população activa com profissão* — o que, de certo modo, compensa a diferença refe-

¹⁰ Em todo o caso, certas actividades no sector comercial são produtivas.

rida em a) — e que, em termos de classes sociais, a maioria deles pertencem ao proletariado rural e à classe operária;

- c) O conceito usado no Censo de 1950 refere-se à *população presente*, enquanto em 1960 e 1970 se trata de *população residente*. Considera-se que, do ponto de vista do estudo que aqui é apresentado, as consequências deste facto são desprezáveis.

3.3 CLASSIFICAÇÕES

No caso das fontes por nós utilizadas não há dois censos que tenham idênticas classificações, quer no que toca à *situação na profissão*, quer na *profissão*.

Recorrendo ao conteúdo específico que a cada um dos conceitos relativos à *situação na profissão* é atribuído nos recenseamentos, construiu-se, sem dificuldade, uma tabela de conversão e de agregação ¹¹.

Relativamente à *profissão*, o problema é muito mais complexo. Em 1950, o INE utilizou uma classificação elaborada propositadamente para o Censo, que agregava as 325 profissões consideradas em 4 grupos, 9 subgrupos e 10 alíneas (que desagregam apenas um dos subgrupos). Em 1960 e 1970 foi adoptada a CITP (classificação internacional tipo de profissões).

No entanto, o facto de, nestes dois últimos recenseamentos, se usar a CITP não resultou em efectivas vantagens práticas, de manuseamento mais fácil ou maior rigor analítico, para quem pretender trabalhar com uma ventilação fina. Isto é devido a duas razões fundamentais: a primeira reside nas modificações introduzidas na própria CITP (muito sensíveis a nível desagregado); a segunda é o diferente nível de agregação a que foram produzidos os apuramentos censitários — a 1 e 3 dígitos da CITP em 1960 e a 1 e 2 dígitos em 1970 —, de que resultaram 201 profissões em 1960 e apenas 84 em 1970.

Pelo exposto se pode ver o tipo de problemas metodológicos que houve que enfrentar e de que damos alguns exemplos:

- a) Não especificação de profissões num censo que são especificadas noutra — os «capatazes agrícolas», por exemplo, são considerados em 1950, mas em 1960 não são especificados. A tabela de correspondência publicada no Censo de 1960 apenas apresenta a correspondência entre as profissões de 1950 (individualizadas) e os grandes agregados (1 dígito da CITP) de 1960; deste modo, apenas indica que os «capatazes agrícolas» de 1950 se acham incluídos, em 1960, no agregado «agricultores, pescadores, caçadores, silvicultores e trabalhadores equiparados»;
- b) Insuficiente desagregação das profissões, particularmente em 1970, o que faz com que não seja possível distinguir dentro de um grupo profissional, e para idêntica situação na profissão, indivíduos que, na base da informação de outro recenseamento, tinham sido «colocados» em classes sociais diferentes, ou que seriam «colocados» em classes sociais diferentes mesmo independentemente da informação de outros censos. Pode-se exemplificar este caso com o grupo profissional «quadros administrativos superiores de empresas públicas ou privadas» (CITP: 2.1) de 1970, que inclui os «secretários de direcção», cujos trabalhadores por conta de outrem não seriam «colocados» na mesma classe social que os restantes «quadros» na mesma situação na profissão;
- c) Diferente classificação, conforme os censos, da mesma profissão ou de parte dos indivíduos incluídos numa dada profissão — os «mecânicos de

¹¹ Dado que não é objecto desta comunicação a análise da composição das classes sociais segundo a situação na profissão, que foi apurada pelos autores, não se desenvolve este ponto.

precisão, relojoeiros e reparadores de relógios» (CITP: 7.41) de 1960, por exemplo, foram repartidos, em 1970, pelos «médicos, dentistas, veterinários, enfermeiros e técnicos paramédicos» (CITP: 0.6/0.7) e pelos «ajustadores-montadores, instaladores de máquinas e mecânicos de precisão (excepto electricistas)» (CITP: 8.4).

Na resolução dos problemas metodológicos originados pelas classificações de profissões procurou-se proceder tão objectivamente quanto permitiam as fontes e instrumentos disponíveis, nomeadamente recorrendo às tabelas de conversão e comparativas publicadas pelo INE ¹². No entanto, depararam-se-nos dificuldades de monta, que, por vezes, não puderam ser superadas sem recurso a interpretações subjectivas. Estas dificuldades têm maior repercussão prática na determinação da nova classe média.

4. RESULTADOS OBTIDOS

4.1 APRESENTAÇÃO

Os resultados apurados estão patentes no quadro n.º 2, a partir do qual se fez a representação constante dos gráficos I e II e se calculou a estrutura percentual das classes, apresentada no quadro n.º 3. Esta estrutura, resumida às quatro classes principais, está representada no gráfico III.

Também com base no quadro n.º 2 se calcularam as composições percentuais, por fracções, da burguesia, classe trabalhadora e pequena burguesia, constantes dos quadros n.ºs 4 a 6 e representadas nos gráficos IV a VI.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Duma primeira análise dos resultados apresentados se conclui que, no período estudado, a classe trabalhadora foi sempre esmagadoramente maioritária na sociedade portuguesa — quase 3/4 do total —, e daí que não surpreenda que o universo estatístico apresente as mesmas tendências: crescimento na década de 50 e diminuição, até ao nível de partida, na década de 60. Em particular, o proletariado representou sempre mais de metade do conjunto de todas as classes sociais, apesar das flutuações por que passou.

A burguesia, sendo sempre uma classe minoritária, mostra uma clara e acelerada diminuição do seu peso quantitativo na população activa ¹³, passando de 8 % para 3 % do total.

A nova classe média, ao longo desta época, tem um reduzidíssimo peso — cerca de 1 % — na estrutura das classes sociais, apesar da tendência, na década mais recente (1960-70), para um crescimento acelerado ¹⁴.

¹² INE, *X Recenseamento Geral da População* (1960), t. v, vol. I, pp. v-xi, e *II.º Recenseamento da População 1970/Conversão das Classificações de Actividades (CITA) e Profissões (CITP) Utilizadas nos Recenseamentos de 1970 e 1960*.

¹³ Este comportamento não terá correspondência ao nível da sociedade global (total da população residente). Recorde-se que o universo estatístico utilizado neste estudo se restringe à população activa com profissão (expurgada dos indivíduos com profissão ou situação na profissão mal definida ou indeterminada) e que, portanto, não foram considerados os proprietários, incluídos, conforme os censos, na população activa com ocupação ou na população sem actividade económica. Os proprietários, ao invés da burguesia «activa», têm um significativo crescimento numérico entre 1950 e 1970.

¹⁴ No entanto, deve ter-se em consideração que, na realidade, o volume da nova classe média deve ser superior ao apurado em 1960 e inferior ao de 1970; portanto, o crescimento desta classe será mais regular ao longo de todo o período estudado, embora mais intenso entre 1960 e 1970. Estas discrepâncias resultam de dificuldades ao nível das classificações de profissões: enquanto, em 1960,

Classes sociais em 1950, 1960 e 1970

[QUADRO N.º 2]

(Número)

Número de ordem	Classes e fracções (1)	1950 (2)	1960 (3)	1970 (4)
1	População activa com profissão	3 196 482	3 315 639	3 163 855
2	Profissões mal definidas	78 975	18 431	122 440
3	Situações na profissão não especificadas	19 326	10 401	14 320
4	Universo estatístico	3 098 181	3 286 807	3 027 095
5	Burguesia	247 169	203 343	91 060
6	Burguesia agrária	142 582	79 422	18 485
7	Burguesia industrial	46 142	55 507	21 225
8	Burguesia comercial	48 549	48 492	30 450
9	Restantes fracções	9 896	19 921	20 900
10	Classe trabalhadora	2 198 531	2 422 377	2 200 140
11	Proletariado	1 646 545	1 801 287	1 532 180
12	Proletariado rural	929 560	870 099	498 455
13	Classe operária	716 985	931 188	1 033 725
14	Trabalhadores improdutivos	551 986	621 090	667 960
15	Nova classe média	17 320	18 860	39 515
16	Pequena burguesia	635 161	642 227	696 380
17	Campesinato	465 510	485 965	468 040
18	Artesãos	83 061	71 075	103 545
19	Pequena burguesia comercial	65 899	63 195	91 940
20	Restantes fracções	20 691	21 992	32 855

Fonte: INE, IX Recenseamento Geral da População (1950), t. III, vol. I; X Recenseamento Geral da População (1960), t. V, vol. I; XI.º Recenseamento da População, 1970, estimativa a 20 %, vol. II.

A pequena burguesia apresenta uma notável estabilidade da sua importância relativa — cerca de 1/5 do universo estatístico — (note-se que, apesar da perda de um ponto, na estrutura percentual, entre 1950 e 1960, o volume dos seus efectivos não diminuiu) e mesmo algum crescimento na segunda metade do período estudado.

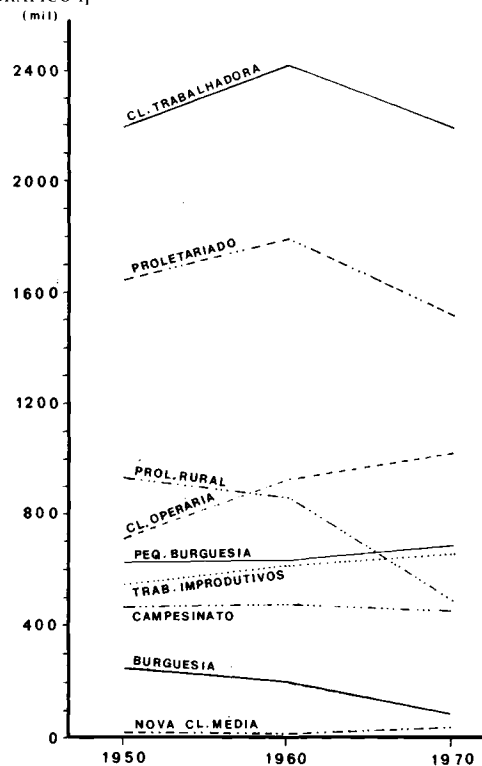
Observando mais de perto e mais detalhadamente os resultados obtidos, vê-se que uma certa aparência de relativa estabilidade da estrutura social, que se colhe da análise em termos das quatro classes agregadas, e que é visível no gráfico III, é enganadora, pois, na realidade, processaram-se significativos movimentos e transformações internas das classes que são imediatamente visíveis ao nível do respectivo fraccionamento.

Assim, a burguesia era, em 1950, uma classe fundamentalmente agrária — a burguesia agrária representava pouco menos de 60 % do total da classe —, mas rapidamente deixou de o ser, pois, em 1960, a fracção agrária, embora ainda mais numerosa que qualquer das outras, já representava menos de 40 % do total da classe e em 1970 já estava confinada a cerca de 20 %, com um peso menor do que qualquer outra fracção.

o recenseamento não discrimina várias profissões cujos assalariados se deveriam ter incluído na nova classe média (como, por exemplo, os encarregados industriais e similares que se encontram disseminados por várias categorias profissionais residuais) em 1970, devido à excessiva agregação a 2 dígitos da CITEP, não foi possível retirar desta classe social alguns indivíduos que seriam incluídos nos trabalhadores improdutivos (como, por exemplo, os desenhadores ou os bacteriologistas, farmacologistas, fisiologistas, anatomistas, bioquímicos, patologistas e técnicos similares).

[GRÁFICO I]

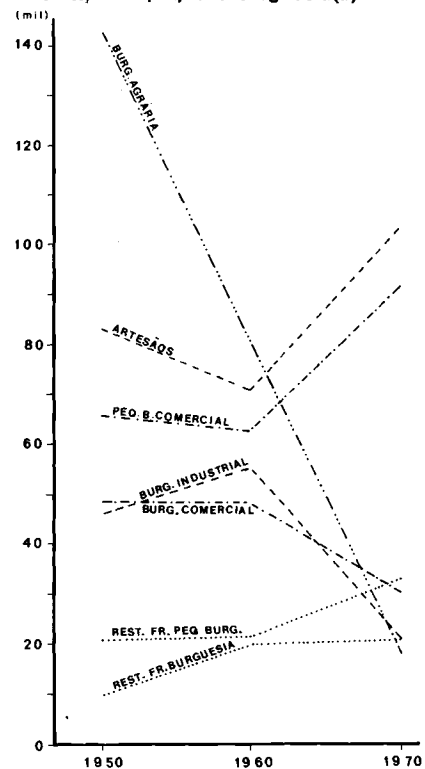
Classes Sociais(a)



(a) Incluindo campesinato e frações da classe trabalhadora.
Fonte: quadro n.º 1.

[GRÁFICO II]

frações da burguesia e da pequena burguesia(a)



(a) Excluindo o campesinato.
Fonte: quadro n.º 2.

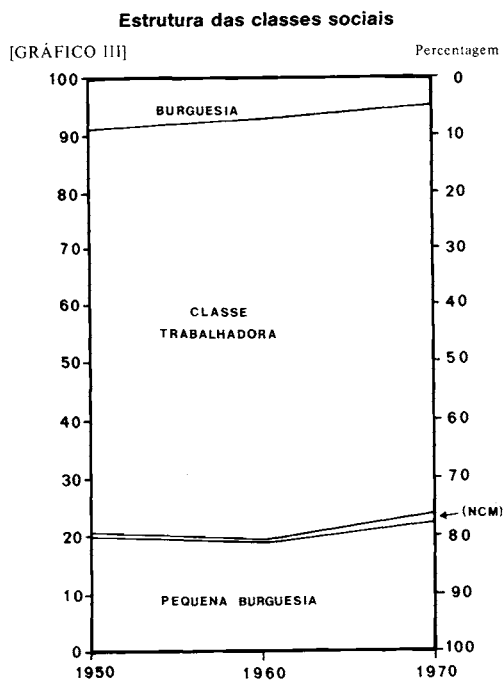
Estrutura das classes sociais em 1950, 1960 e 1970

[QUADRO N.º 3]

(Porcentagem)

Número de ordem	Classes e fracções (1)	1950 (2)	1960 (3)	1970 (4)
1	Universo estatístico	100	100	100
2	Burguesia	8,0	6,2	3,0
3	Burguesia agrária	4,6	2,4	0,6
4	Burguesia industrial	1,5	1,7	0,7
5	Burguesia comercial	1,6	1,5	1,0
6	Restantes fracções	0,3	0,6	0,7
7	Classe trabalhadora	71,0	73,7	72,7
8	Proletariado	53,1	54,8	50,6
9	Proletariado rural	30,0	26,5	16,5
10	Classe operária	23,1	28,3	34,1
11	Trabalhadores improdutivos	17,8	18,9	22,1
12	Nova classe média	0,6	0,6	1,3
13	Pequena burguesia	20,5	19,5	23,0
14	Campesinato	15,0	14,8	15,5
15	Artesãos	2,7	2,2	3,4
16	Pequena burguesia comercial	2,1	1,9	3,0
17	Restantes fracções	0,7	0,7	1,1

Fonte: quadro n.º 2.



Nota — (NCM): nova classe média.

Fonte: quadro n.º 3.

Composição da burguesia por fracções em 1950, 1960 e 1970

[QUADRO N.º 4]

(Porcentagem)

Número de ordem	Fracções (1)	1950 (2)	1960 (3)	1970 (4)
1	Burguesia (total)	100	100	100
2	Burguesia agrária	57,7	39,1	20,3
3	Burguesia industrial	18,7	27,3	23,3
4	Burguesia comercial	19,6	23,8	33,4
5	Restantes fracções	4,0	9,8	23,0

Fonte: quadro n.º 2.

Esta queda brutal da posição da burguesia agrária, que, em termos absolutos, está bem patente no gráfico II e se traduziu na perda de 7/8 dos seus efectivos do início do período, teve importância determinante na já aludida diminuição acelerada do peso quantitativo da burguesia. Veja-se que, entre 1950 e 1970, as «perdas» da fracção agrária representam 80 % das do total da classe.

Composição da classe trabalhadora por fracções em 1950, 1960 e 1970

[QUADRO N.º 5]

(Porcentagem)

Número de ordem	Fracções (1)	1950 (2)	1960 (3)	1970 (4)
1	Classe trabalhadora (total)	100	100	100
2	Proletariado	74,9	74,4	69,6
3	Proletariado rural	42,3	35,9	22,7
4	Classe operária	32,6	38,4	47,0
5	Trabalhadores improdutivos	25,1	25,6	30,4

Fonte: quadro n.º 2.

Mas outros aspectos merecem destaque: a burguesia industrial, que cresceu 20 % de 1950 para 1960, perdeu, na década seguinte, mais de metade dos seus efectivos; a burguesia comercial, que na década de 50 se manteve estável, também viu diminuir notavelmente o seu volume na década de 60. Contrariamente, as restantes fracções, que em 1950 representavam apenas 4 % do total da burguesia, vêem os seus efectivos duplicar até 1960 e, em seguida, quase estabi-

Composição da pequena burguesia por fracções em 1950, 1960 e 1970

[QUADRO N.º 6]

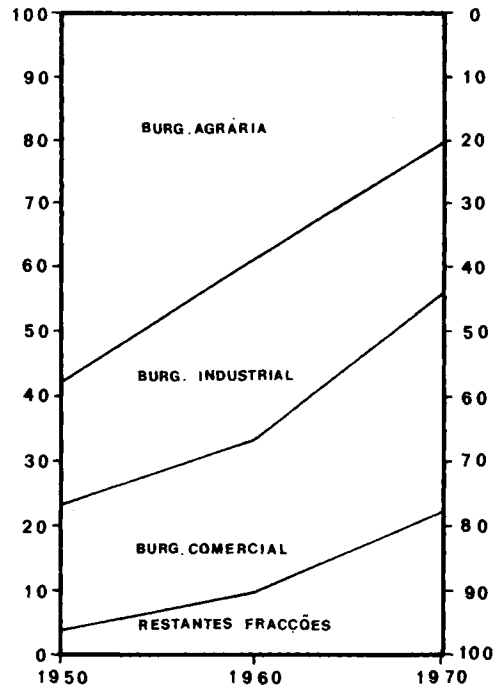
(Porcentagem)

Número de ordem	Fracções (1)	1950 (2)	1960 (3)	1970 (4)
1	Pequena burguesia (total)	100	100	100
2	Campesinato	73,3	75,7	67,2
3	Artesãos	13,1	11,1	14,9
4	Pequena burguesia comercial	10,4	9,8	13,2
5	Restantes fracções	3,3	3,4	4,7

Fonte: quadro n.º 2.

Composição da burguesia
por fracções

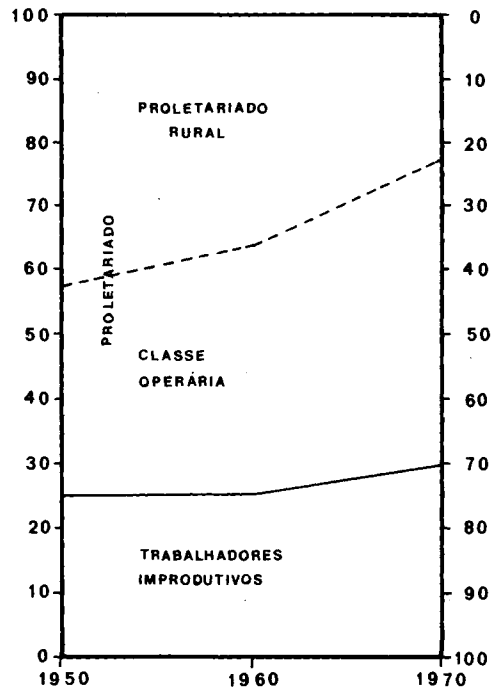
[GRÁFICO IV]



Fonte: quadro n.º 4.

Composição da classe trabalhadora
por fracções

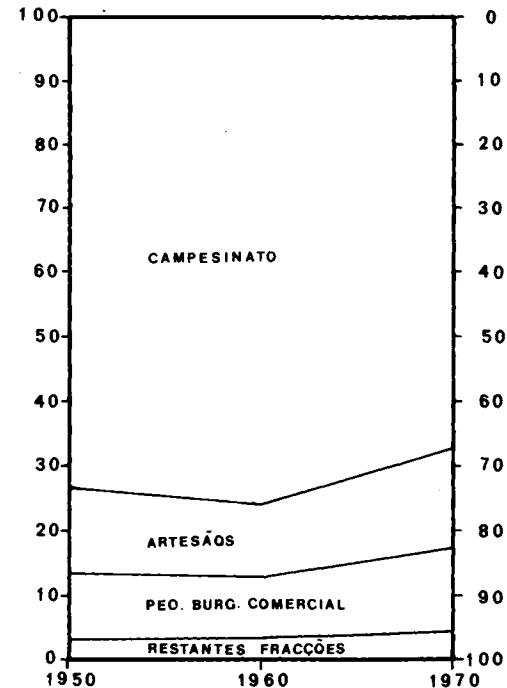
[GRÁFICO V]



Fonte: quadro n.º 5.

Composição da pequena burguesia
por fracções

[GRÁFICO VI]



Fonte: quadro n.º 6.

lizar, o que faz (mercê da retracção do volume total da burguesia) com que em 1970 já representem 23 % do total da classe.

A classe trabalhadora era fundamentalmente constituída por trabalhadores produtivos — o proletariado —, que representavam $\frac{3}{4}$ do total da classe em 1950 e 1960 e cerca de 70 % em 1970.

Entre 1950 e 1960, tanto o proletariado como os trabalhadores improditivos cresceram, e em proporções relativamente próximas, mas, na década seguinte, enquanto os improditivos continuaram a crescer, embora mais moderadamente, os produtivos diminuíram cerca de 269 milhares de activos, o que provocou as já referidas quebras da classe trabalhadora e da população activa.

Mas a transformação mais importante operada na classe trabalhadora dá-se dentro do próprio proletariado. Com efeito, em 1950, o proletariado era essencialmente agrícola, mas, desde então até 1970, o proletariado rural não parou de se retrair, perdendo quase metade do que eram os seus efectivos no início do período em análise. Este movimento foi muito mais acentuado na década de 60 do que na anterior (o que é bem visível no gráfico 1). Pelo contrário, a classe operária não cessou de crescer — 214 000 indivíduos de 1950 a 1960 e 103 000 de 1960 a 1970 —, o que fez com que passasse, respectivamente, de menos de $\frac{1}{3}$ do total da classe trabalhadora e menos de $\frac{1}{4}$ do universo estatístico para quase metade e mais de $\frac{1}{3}$ das mesmas categorias. Já em 1960, mais de metade do proletariado exercia profissões da indústria e transportes e comunicações e, em 1970, esta proporção era superior a $\frac{2}{3}$.

A pequena burguesia é a classe social que sofre menos transformações internas, mantendo, ao longo do período estudado, uma composição relativamente estável.

A pequena burguesia é uma classe fundamentalmente rural: o campesinato representava, em 1950 e 1960, $\frac{3}{4}$ do total da classe e, em 1970, cerca de $\frac{2}{3}$. Esta perda da importância relativa do campesinato resulta de uma diminuição relativamente ligeira dos seus efectivos, numa década em que, ao invés, todas as outras fracções da pequena burguesia viram crescer os respectivos quantitativos cerca de 50 %. Nos anos 50, enquanto as outras fracções desta classe sofreram pequenas flutuações (da ordem dos mais ou menos 5 % dos respectivos quantitativos), os artesãos apresentam uma redução sensível — cerca de 15 % do respectivo volume —, de que, um tanto surpreendentemente, viriam a recuperar (e mesmo a ultrapassar largamente a situação inicial), como acima foi referido.

5. CONCLUSÃO

Para concluir, faremos uma muito sintética caracterização geral da estrutura de classes sociais e sua evolução durante o período estudado e referiremos algumas pistas e hipóteses, sugeridas por este trabalho, a ter em consideração no desenvolvimento futuro da investigação.

A estrutura de classes sociais e a sua evolução em Portugal, entre 1950 e 1970, podem ser, sinteticamente, caracterizadas por: acentuado desequilíbrio da estrutura social das classes típicas do modo de produção capitalista, com larga predominância da classe trabalhadora, particularmente do proletariado, o qual rapidamente se transforma de predominantemente rural em predominantemente industrial, à qual se opõe uma burguesia com cada vez menor peso na população activa, mercê, principalmente, do «afundamento» da burguesia agrária, e entre as quais se situa uma quase insignificante nova classe média; existência de uma pequena burguesia, essencialmente constituída por camponeses, com significativo peso social, que tende a manter-se ou mesmo a alargar-se moderadamente.

Curiosamente, observa-se que há uma coincidência de movimentos inversos das fracções industriais da burguesia e da pequena burguesia (de tal modo que o somatório das duas se situa sempre na ordem dos 125 000 a 129 000). De modo nenhum se pode concluir daqui que haja um movimento de «vai-vem» entre as duas fracções de classe, mas esta coincidência sugere uma indagação futura. Um fenómeno de características quase idênticas se observa entre a burguesia comercial e a pequena burguesia comercial.

Com excepção da burguesia comercial (e esta só na década de 60), todas as fracções da burguesia, classe trabalhadora e pequena burguesia, típicas do sector terciário, se expandem continuamente. Ao invés, as classes típicas do capitalismo agrário (proletariado rural e burguesia agrária) sofrem uma enorme retracção, o que não acontece com o campesinato, que consegue «resistir» à industrialização e aos movimentos migratórios.

Não serão, aliás, esta «resistência» do campesinato e a estabilidade e significativo peso estrutural do conjunto da pequena burguesia, bem como a minúscula dimensão da nova classe média — que, segundo Carchedi (1977), só existe no capitalismo monopolista —, indícios do atraso de desenvolvimento do capitalismo português?...

E como interpretar o «afundamento» da burguesia agrária? Será esta a sua verdadeira dimensão? Que papel tem neste processo o absentismo, sabendo-se que o número de proprietários aumentou substancialmente ao longo do período em estudo? E a pluriactividade?... Todas estas questões só podem ser devidamente esclarecidas com uma investigação mais aprofundada, recorrendo a outras fontes de informação, que conduza também à determinação do semiproletariado (grupo cujo peso numérico deve ser considerável) por forma a poder-se caracterizar, com maior fidelidade, a «malha» social dos campos.

O crescimento observado, na década de 60, das fracções não agrícolas da pequena burguesia poderá significar uma concomitante expansão das actividades do chamado «sector informal» da economia, a que anda tradicionalmente ligado o chamado *Lumpen*-proletariado, grupo de identidade e contornos mal definidos.

Para enriquecer a caracterização da estrutura de classes, aprofundar as conclusões que dela se extraem e possibilitar a formulação de hipóteses realistas e pertinentes convirá ter em consideração, no desenvolvimento futuro da pesquisa, para além das pistas já levantadas, o alargamento do universo estatístico às categorias de «não activos» (proprietários e outros), a estratificação da burguesia e respectivas fracções, bem como da classe trabalhadora (particularmente para a determinação da chamada «aristocracia operária»), a decomposição das fracções residuais («restantes fracções») da burguesia e pequena burguesia (sendo de particular interesse a identificação da burguesia financeira), a decomposição dos trabalhadores improdutivos (onde há variadas situações — funcionários do Estado, trabalhadores improdutivos de actividades produtivas, trabalhadores das empresas dos vários ramos de serviços, trabalhadores do serviço doméstico), a óptica regional, a composição das classes segundo o sexo e segundo a situação na profissão.

A utilização preferencial da família, e não do indivíduo, como unidade básica a considerar na captação da estrutura de classes [Almeida (1981)] abre perspectivas aliciantes e valerá a pena considerar a viabilidade da conversão da metodologia aqui usada de modo a conseguir tal desiderato.

Outubro de 1981.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, João Ferreira de
1981 — «Alguns aspectos de teoria das classes sociais», in *Análise Social*, n.º 66, pp. 231-251.
- Altvater, E., e Freerkhuisen
1970 — «Du travail productif et improductif», in *Critiques de l'Économie Politique*, n.º 10, de Janeiro-Março de 1973, pp. 76-113 (trad. francesa por C. Colliot-Thélène do original publicado em *Sozialistische Politik*, n.º 8, de Setembro de 1970).
- Arma-Crítica*
1975 — «A estrutura de classes em Portugal», in *Arma-Crítica*, n.º 4, pp. 82-92.
- Berthoud, Arnaud
1974 — *Travail Productif et Productivité du Travail chez Marx*, Paris, Maspero.
- Carchedi, Guglielmo
1977 — *On the Economic Identification of Social Classes*, Londres, Routledge & Kegan Paul, Ltd.
- Colliot-Thélène, Catherine
1975 — «Contribution à une analyse des classes sociales. Us et abus de la notion de travail productif», in *Critiques de l'Économie Politique*, n.º 19, pp. 27-47.
- Costa, Ramiro da
1975 — *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Fine, Ben, e Harris, Laurence
1979 — *Rereading Capital*, Londres e Basingstoke, MacMillan Press.
- Freitas, Eduardo de
1973 — «Polarização das relações sociais em Portugal: 1930-1970», in *Análise Social*, n.º 39, pp. 494-507.
- Lenine
1919 — *La Grande Initiative* (Julho de 1919), «Œuvres», t. 29, Paris, Éditions Sociales, Moscovo, Éditions du Progrès, 1973.
- Martins, Hermínio
1971 — «Portugal», in Margaret Scotford Archer e Salvador Giner (orgs.), *Contemporary Europe: Class, Status and Power*, Londres, Routledge & Kegan Paul, Ltd., pp. 60-89.
- Mozzicafreddo, Juan
1981 — «Sobre a teoria das classes sociais: as contribuições de Erik Olin Wright e de Nicos Poulantzas», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 6, pp. 5-46.
- Nagels, J.
1980 — «Trabalhadores produtivos e improdutivos: ponto de ruptura entre os trabalhadores?», in *Revista Técnica do Trabalho*, n.ºs 5/6, pp. 121-172.
- Nunes, A. Sedas, e Miranda, J. David
1969 — «A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações», in *Análise Social*, n.ºs 27/28, pp. 333-381.
- Poulantzas, Nicos
1974 — *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui*, Paris, Éditions du Seuil (trad. de António Roberto Neiva Blundi, Rio de Janeiro, Zahar, 1975).
- Salama, Pierre
1973 — «Développement d'un type de travail improductif et baisse tendencielle du taux de profit», in *Critiques de l'Économie Politique*, n.º 10, pp. 130-151.
- Sousa, A. Teixeira de, e Freitas, Eduardo de
1973 — «Subsídios para uma análise da população activa operária em Portugal», in *Análise Social*, n.º 38, pp. 306-339.
- Vida Mundial*
1968 — «Portugal: os operários», in *Vida Mundial*, n.º 1537, de 22 de Novembro de 1968.
- Wright, Erik Olin
1979 — *Class Structure and Income Determination*, Nova Iorque, Academic Press, 1979.